



# Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Chopinzinho - PR

CNPJ 27.188.003/0001-57 - Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel

[e-mail rpps@chopinzinho.pr.gov.br](mailto:rpps@chopinzinho.pr.gov.br) - Telefone (46) 3242-8615

CEP 85560-000

Chopinzinho

Paraná

## Manual de Padronização dos Processos de Concessão de Benefícios e Arrecadação

Manual de Padronização dos Processos de Concessão de Benefícios	VERSÃO	APROVADO
	1	05/12/2022





# Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Chopinzinho - PR

CNPJ 27.188.003/0001-57 - Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel  
[e-mail rpps@chopinzinho.pr.gov.br](mailto:rpps@chopinzinho.pr.gov.br) - Telefone (46) 3242-8615  
CEP 85560-000 - Chopinzinho - Paraná

## Sumário

1. DISPOSIÇÃO GERAL .....	3
1.1 Apresentação.....	3
1.2 Objetivo Geral .....	3
1.3 Objetivo Específico .....	3
1.4 Definição de Processos.....	3
1.5 Glossário.....	4
1.6 Tipos de Aposentadorias: .....	5
2. REQUISITOS BÁSICOS .....	6
2.1 Regras de Transição.....	6
2.2 Conforme Art. 3º da EC 41/2003 – Regra do direito adquirido.....	7
2.3 Conforme Art. 6º da EC 41/2003.....	7
2.4 Conforme Art. 3º da EC 47/2005.....	8
2.5 Aposentadorias Especiais .....	8
2.6 Aposentadoria Voluntária .....	8
2.7 Pensão por Morte.....	8
2.8 Aposentadoria por Invalidez Permanente.....	10
2.9 Aposentadoria Compulsória.....	10
2.10 Revisão de Aposentadoria e Pensão.....	10
3. PROCESSOS.....	11
3.1 Aposentadoria Voluntária .....	11
3.2 Pensão por Morte.....	12
3.3 Aposentadoria Compulsória.....	12
3.4 Aposentadoria por Incapacidade Permanente.....	13
3.5 Revisão de Aposentadoria ou Pensão .....	14
3.6 Aposentadoria Especial .....	15
4. PROCESSO DE ARRECADAÇÃO .....	16
4.1 Arrecadação de cobrança de débitos de contribuição em atraso do ente federativo .....	16
4.2 Arrecadação de cobrança de débitos de contribuição em atraso dos Servidores Licenciados e Cedidos.....	16
5. CONSIDERAÇÕES GERAIS DE PROCESSOS DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS .....	17
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	17



# Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Chopinzinho - PR

CNPJ 27.188.003/0001-57 - Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel  
[e-mail rpps@chopinzinho.pr.gov.br](mailto:rpps@chopinzinho.pr.gov.br) - Telefone (46) 3242-8615  
CEP 85560-000 - Chopinzinho - Paraná

## 1. DISPOSIÇÃO GERAL

### 1.1 Apresentação

O presente Manual é de uso institucional do PREVCHOPIM do município de Chopinzinho - PR, e tem como principal objetivo aprimorar e padronizar processos de trabalho e instrumentos de controle. Visa padronizar os procedimentos realizados nos setores desta Autarquia, constituindo-se em um instrumento auxiliar no cumprimento de atribuições, servindo como fonte de orientação, contribuindo para aprimoramento do controle interno.

Contudo, este manual não esgota o assunto, muito pelo contrário, é o marco inicial para que seja aplicado no dia a dia, enriquecido pelas críticas e sugestões de melhorias de toda a equipe. Para atender aos seus objetivos, deverá ser permanentemente atualizado e aprimorado, de forma a acompanhar a evolução das atividades desenvolvidas, das técnicas de auditoria/inspeção e da administração pública municipal.

### 1.2 Objetivo Geral

O presente manual tem como objetivo dar entendimento quanto às informações necessárias para a concessão de benefícios oferecidos aos Participantes e Beneficiários dos planos previdenciários administrados pelo PREVCHOPIM, tendo como foco direcionar e padronizar as atividades relativas ao atendimento de requerimentos administrativos recebidos, referentes a servidores, no que diz respeito aos processos de concessão de aposentadoria voluntária, aposentadoria especial, aposentadoria por invalidez, aposentadoria compulsória, pensão por morte e revisão de aposentadoria.

### 1.3 Objetivo Específico

Estabelecer orientações para o recebimento e tratamento do requerimento do servidor, fixando diretrizes técnico-administrativas de forma padronizada para a área de Gestão de Pessoas, bem como da documentação comprobatória, com o objetivo de aumentar a confiabilidade e a produtividade dos processos de concessão de aposentadoria e pensão e dos demais relacionados no Manual, além de agilizar o processo de análise do requerimento e otimizar a comunicação entre o requerente e o órgão responsável pelo atendimento do pleito.

### 1.4 Definição de Processos

Processo é um conjunto de atividades inter-relacionadas executadas na organização, iniciado por eventos internos ou externos, que consome recursos (entrada - input) e





# Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Chopinzinho - PR

CNPJ 27.188.003/0001-57 - Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel  
[e-mail rpps@chopinzinho.pr.gov.br](mailto:rpps@chopinzinho.pr.gov.br) - Telefone (46) 3242-8615  
CEP 85560-000 - Chopinzinho - Paraná

gera resultados (saída - output). Todo processo deve ser relacionado a um objetivo que visa atender, dentro da estratégia da organização, a uma determinada demanda<sup>1</sup>.

Os processos deverão ser organizados na sequência cronológica, numerados folha por folha, a partir da capa, carimbo no canto superior direito, com a rubrica de funcionário responsável.

Os processos devem refletir a transparência dos atos.

Um processo organizado facilita a análise por parte do Controle Interno e, ainda, dos órgãos fiscalizadores.

A seguir, abordaremos os principais procedimentos realizados no PREVCHOPIM, de forma a facilitar o bom andamento e formalidades dos mesmos.

Em síntese, todo processo deve seguir procedimentos de PROTOCOLO, PARECERES TÉCNICOS, AUTORIZAÇÃO, EXECUÇÃO e ARQUIVOS.

Todo processo deve ser movimentado no sistema de protocolo, com o respectivo despacho em cada andamento.

## 1.5 Glossário

Os termos utilizados neste manual estão baseados nas seguintes definições:

- a) **Aposentadoria:** Trata-se de um benefício garantido por lei, assegurado ao servidor público que atingir os requisitos legais existentes.
- b) **Aposentadoria Compulsória:** Trata-se de um tipo de aposentadoria, garantida ao servidor quando atingida determinada idade, concebendo proventos proporcionais ao tempo de contribuição;
- c) **Aposentadoria por Invalidez:** Trata-se de um tipo de aposentadoria garantida ao servidor que se encontra permanentemente incapaz de exercer atividade laborativa e que também não possa ser readaptado em outro cargo, conforme avaliação da perícia oficial determinada.
- d) **Aposentadoria Voluntária:** Trata-se de um tipo de aposentadoria concedida aos servidores que completaram os requisitos mínimos estabelecidos na Constituição Federal;
- e) **Cargos públicos de provimento efetivo:** É o cargo público para provimento em caráter efetivo mediante nomeação;

---

<sup>1</sup> MANUAL DO PRÓ GESTÃO, Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Versão atualizada em 02/03/2022)





# Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Chopinzinho - PR

CNPJ 27.188.003/0001-57 - Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel  
[e-mail rpps@chopinzinho.pr.gov.br](mailto:rpps@chopinzinho.pr.gov.br) - Telefone (46) 3242-8615  
CEP 85560-000 - Chopinzinho - Paraná

- f) **Certidão de Tempo de Contribuição – CTC:** Trata-se de um documento expedido pela unidade gestora do RPPS ou pelo INSS, comprovando o tempo de contribuição do servidor;
- g) **Mapa do Tempo de Serviço:** Trata-se de um documento utilizado para instrução do processo de aposentadoria, devendo ser apresentado sem rasuras e devendo contar: os dados pessoais e funcionais do servidor; o tempo de serviço computado até o dia anterior ao da vigência da aposentadoria; regime jurídico ao qual estava submetido antes da vigência da Lei nº 8.112/90; afastamentos ocorridos durante a vida funcional do servidor; discriminação, ano a ano, do tempo de serviço utilizado para aposentadoria, inclusive o averbado; e as designações e dispensas no caso de exercício em funções ou cargos comissionados;
- h) **Pensão por Morte:** Trata-se de procedimento em que será verificada a qualidade de dependente do segurado falecido. No qual deverá ser juntado pelo pretendente toda documentação que venha a comprovar o vínculo de parentesco ou dependência econômica com o servidor falecido.
- i) **Proventos:** Trata-se da designação técnica dos valores pecuniários recebidos pelo servidor aposentado;
- j) **Regra de Transição:** Esta assegura condições mais benéficas de aposentadoria aos servidores públicos que tinham expectativas de direito de se aposentar pelo regime previdenciário cujas regras foram reformadas pelo Poder Constituinte;
- k) **Requerimento de Aposentadoria:** Trata-se do instrumento pelo qual o servidor requer a concessão de aposentadoria de acordo com os fundamentos legais em que se enquadra e anexa arquivos relativos à documentação comprobatória necessária à análise da solicitação;
- l) **Servidor público efetivo:** Trata-se da pessoa legalmente investida em cargo público criado por lei, de provimento efetivo.

## 1.6 Tipos de Aposentadorias:

- a) Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição;
- b) Aposentadoria Voluntária por Idade;
- c) Pensão por Morte;
- d) Aposentadoria por Invalidez Permanente;
- e) Aposentadoria Compulsória e



# Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Chopinzinho - PR

CNPJ 27.188.003/0001-57 - Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel  
[e-mail rpps@chopinzinho.pr.gov.br](mailto:rpps@chopinzinho.pr.gov.br) - Telefone (46) 3242-8615  
CEP 85560-000 - Chopinzinho - Paraná

f) Revisão de Aposentadoria.

## 2. REQUISITOS BÁSICOS

Regra Geral (Art. 40, § 1º, inciso III, alíneas a e b da Constituição Federal, com redação dada pela EC nº 41/2003):

Os servidores poderão ser aposentados voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

- a) Sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher;
- b) Sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

Os proventos serão calculados pela média aritmética simples, de acordo com o estabelecido no art. 1º da Lei nº 10.887, de 2004.

### 2.1 Regras de Transição

Conforme Art. 2º da EC 41/2003:

O servidor que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo na Administração Pública, direta, autárquica e fundacional, de qualquer ente da federação, até 16/12/98, poderá aposentar-se quando, cumulativamente:

- a) Tiver 53 anos de idade, se homem, e 48 anos de idade, se mulher;
- b) Tiver 5 anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria;
- c) Contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de 35 anos, se homem, e 30 anos, se mulher, e um período adicional de contribuição equivalente a 20% (vinte por cento) do tempo que, em 16/12/98, faltaria para atingir 35 anos de contribuição, se homem, e 30 anos de contribuição, se mulher.

O professor que, até o dia 16/12/1998, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério e que opte por aposentar-se por esta regra de transição, terá o tempo de serviço exercido até a referida data acrescido de 17% (dezesete por cento), se homem, e de 20% (vinte por cento), se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício nas funções de magistério, aplicando-se após esse acréscimo, o período adicional conforme item “c”, acima.

Os proventos serão calculados pela média aritmética simples, de acordo com o estabelecido no art. 1º da Lei nº 10.887, de 2004, sendo reduzidos para cada ano



# Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Chopinzinho - PR

CNPJ 27.188.003/0001-57 - Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel  
[e-mail rpps@chopinzinho.pr.gov.br](mailto:rpps@chopinzinho.pr.gov.br) - Telefone (46) 3242-8615  
CEP 85560-000 - Chopinzinho - Paraná

antecipado em relação aos limites de idade de 60 anos, se homem, e 55 anos de idade se mulher, na seguinte proporção:

## 2.2 Conforme Art. 3º da EC 41/2003 – Regra do direito adquirido

Assegurada a concessão, a qualquer tempo, de aposentadoria aos servidores públicos que, em 31/12/2003, tenham cumprido todos os requisitos para obtenção desse benefício por um dos seguintes fundamentos, enquanto se encontravam vigentes:

- a) Art. 40 da Constituição Federal de 1988, em sua redação original;
- b) Art. 40 da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998;
- c) Art. 8º da Emenda Constitucional nº 20, de 1998.

Os proventos serão calculados tendo por base a contribuição previdenciária do respectivo servidor no cargo efetivo em que se deu aposentadoria, na forma como disciplinar a lei que instituiu cada benefício.

## 2.3 Conforme Art. 6º da EC 41/2003

Ao servidor que tenha ingressado em cargo efetivo na Administração Pública, direta, autárquica e fundacional, de qualquer ente da federação, até o dia 31/12/2003 poderá aposentar-se, desde que tenha:

- a) 60 anos de idade, se homem, e 55 anos de idade, se mulher;
- b) 35 anos de contribuição, se homem, e 30 anos de contribuição, se mulher;
- c) 20 anos de efetivo exercício no serviço público;
- d) 10 anos de carreira e 5 anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.

Serão observadas as reduções de cinco anos em relação à idade e ao tempo de contribuição para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, desde que exercidas em estabelecimentos de ensino;

Os proventos serão calculados tendo por base a contribuição previdenciária do respectivo servidor no cargo efetivo em que se deu aposentadoria, na forma como disciplinar a lei que instituiu cada benefício.



# Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Chopinzinho - PR

CNPJ 27.188.003/0001-57 - Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel  
[e-mail rpps@chopinzinho.pr.gov.br](mailto:rpps@chopinzinho.pr.gov.br) - Telefone (46) 3242-8615  
CEP 85560-000 - Chopinzinho - Paraná

## 2.4 Conforme Art. 3º da EC 47/2005

O servidor que tenha ingressado em cargo efetivo na Administração Pública, direta, autárquica e fundacional, de qualquer ente da federação, até 16/12/1998 poderá aposentar-se desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) 35 anos de contribuição, se homem, e 30 anos de contribuição, se mulher;
- b) 25 anos de efetivo exercício no serviço público, 15 anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria;
- c) Idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites do art. 40, inciso III, alínea a da Constituição Federal, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I deste artigo, conforme tabela a seguir.

Os proventos serão calculados tendo por base a contribuição previdenciária do respectivo servidor no cargo efetivo em que se deu aposentadoria, na forma como disciplinar a lei que instituiu cada benefício;

Ao servidor que possua jornada variável, será considerada a média de sua jornada nos últimos 60 (sessenta) meses, até o limite máximo previsto em Lei para cada cargo.

## 2.5 Aposentadorias Especiais

Aos servidores que exercem suas atividades sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física será assegurado aposentadoria especial, nos termos da Súmula Vinculante STF nº33, e Instrução Normativa Instrução Normativa SPS/MPS nº 01/2010.

Os proventos serão calculados pela média aritmética simples, de acordo com o estabelecido no art. 1º da Lei nº 10.887, de 2004.

## 2.6 Aposentadoria Voluntária

Benefício previdenciário concedido ao servidor, a seu pedido, após cumprir os requisitos estabelecidos na Constituição Federal e em lei.

## 2.7 Pensão por Morte

Benefício concedido aos dependentes do segurado que vier a falecer, aposentado ou não.



# Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Chopinzinho - PR

CNPJ 27.188.003/0001-57 - Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel  
[e-mail rpps@chopinzinho.pr.gov.br](mailto:rpps@chopinzinho.pr.gov.br) - Telefone (46) 3242-8615  
CEP 85560-000 - Chopinzinho - Paraná

A pensão por morte será devida a contar da data do óbito, se for requerida até 30 (trinta) dias desta, ao conjunto de dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, independente de carência.

A pensão por morte, havendo mais de um pensionista:

- I. Será rateada entre todos, em partes iguais;
- II. Reverterá em favor dos demais a parte daquele cujo direito à pensão cessar.

A pensão requerida após 30 (trinta) dias da data do óbito, será paga a partir da data do pedido. No caso de morte presumida, a partir da decisão judicial.

O valor da pensão por morte de servidor aposentado ou em atividade, será a totalidade dos proventos, ou da base de contribuição, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral da previdência social, acrescido de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite.

Somente será devida ao dependente inválido se a invalidez for fixada pela Perícia Médica até a data do óbito.

O dependente que recebe aposentadoria e ou pensão e quiser cumular outro benefício de pensão por morte deverá optar pela mais benéfica e será aplicada a redução imposta no art. 24, § 2 da EC 103/2019.

Art. 24. É vedada a acumulação de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro, no âmbito do mesmo regime de previdência social, ressalvadas as pensões do mesmo instituidor decorrentes do exercício de cargos acumuláveis na forma do art. 37 da Constituição Federal.

§ 1º Será admitida, nos termos do § 2º, a acumulação de:

I - pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro de um regime de previdência social com pensão por morte concedida por outro regime de previdência social ou com pensões decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal;

II - pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro de um regime de previdência social com aposentadoria concedida no âmbito do Regime Geral de Previdência Social ou de regime próprio de previdência social ou com proventos de inatividade decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal; ou

III - pensões decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal com aposentadoria concedida no âmbito do Regime Geral de Previdência Social ou de regime próprio de previdência social.

**§ 2º Nas hipóteses das acumulações previstas no § 1º, é assegurada a percepção do valor integral do benefício mais vantajoso e de uma parte de cada um dos demais benefícios, apurada cumulativamente de acordo com as seguintes faixas:**

**I - 60% (sessenta por cento) do valor que exceder 1 (um) salário-mínimo, até o limite de 2 (dois) salários-mínimos;**

**II - 40% (quarenta por cento) do valor que exceder 2 (dois) salários-mínimos, até o limite de 3 (três) salários-mínimos;**

**III - 20% (vinte por cento) do valor que exceder 3 (três) salários-mínimos, até o limite de 4 (quatro) salários-mínimos; e**



# Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Chopinzinho - PR

CNPJ 27.188.003/0001-57 - Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel  
[e-mail rpps@chopinzinho.pr.gov.br](mailto:rpps@chopinzinho.pr.gov.br) - Telefone (46) 3242-8615  
CEP 85560-000 - Chopinzinho - Paraná

## IV - 10% (dez por cento) do valor que exceder 4 (quatro) salários-mínimos.

§ 3º A aplicação do disposto no § 2º poderá ser revista a qualquer tempo, a pedido do interessado, em razão de alteração de algum dos benefícios.

§ 4º As restrições previstas neste artigo não serão aplicadas se o direito aos benefícios houver sido adquirido antes da data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional.

§ 5º As regras sobre acumulação previstas neste artigo e na legislação vigente na data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional poderão ser alteradas na forma do § 6º do art. 40 e do § 15 do art. 201 da Constituição Federal.

## 2.8 Aposentadoria por Invalidez Permanente

A aposentadoria por invalidez é um benefício devido ao trabalhador permanentemente incapaz de exercer qualquer atividade laborativa e que também não possa ser readaptado em outra função, de acordo com a avaliação da junta médica oficial do Município de Piracicaba.

O benefício é pago enquanto persistir a invalidez e o segurado pode ser reavaliado pelo PREVCHOPIM anualmente até que complete 55 (cinquenta e cinco) anos de idade.

Inicialmente o segurado será afastado para tratamento de saúde através da perícia médica oficial do Município de Piracicaba. Caso a perícia médica constate incapacidade permanente para o trabalho, sem possibilidade de readaptação para outra função, a aposentadoria por invalidez será indicada.

## 2.9 Aposentadoria Compulsória

A aposentadoria compulsória é aquela que ocorre independentemente da vontade da do servidor público, uma vez que, ao se alcançar a idade determinada, o servidor obrigatoriamente é aposentado.

Isto é, trata-se de uma imposição legal que obriga o trabalhador a afastar-se de seu cargo.

## 2.10 Revisão de Aposentadoria e Pensão.

É o direito do aposentado/pensionista de solicitar novo exame de seu benefício para alterações de fundamentação legal, tempo de serviço/contribuição, isenção de imposto de renda, enquadramento, percentual de anuênio, incorporação de função ou cálculo de provento. Tais revisões poderão ser realizadas em atendimento a requerimento do servidor aposentado/pensionista, por perito ou junta médica nas reavaliações de aposentadorias por invalidez, por diligência dos órgãos de controle ou por determinação judicial.

Para realização da revisão de aposentadoria/pensão, é necessário o atendimento de ao menos um dos requisitos descritos a seguir:





# Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Chopinzinho - PR

CNPJ 27.188.003/0001-57 - Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel  
[e-mail rpps@chopinzinho.pr.gov.br](mailto:rpps@chopinzinho.pr.gov.br) - Telefone (46) 3242-8615  
CEP 85560-000 - Chopinzinho - Paraná

- a) Protocolização de requerimento de revisão pelo interessado ou representante legal;
- b) Emissão de Laudo por perito ou junta médica oficial, comprovando que o servidor é portador de doença especificada em Lei, se for o caso;
- c) Diligência emitida pelo TCEPR, orientando a alteração da aposentadoria;
- d) Determinação judicial para alterar a aposentadoria do servidor.

## 3. PROCESSOS

Destacamos no presente item os procedimentos a serem seguidos a rigor pelo PREVCHOPIM:

### 3.1 Aposentadoria Voluntária

A presente instrução, visa esclarecer e orientar a concessão de aposentadoria por voluntária.

- I. O servidor deve comparecer ao PREVCHOPIM, será realizada uma análise da vida funcional do servidor;
- II. Sendo negativo o resultado dessa primeira análise, o atendente deve informar o não cumprimento dos requisitos necessários para contemplação do benefício pelo servidor;
- III. Caso positivo, o atendente deverá realizar a solicitação da documentação necessária ao servidor para que seja possível dar seguimento no processo de aposentadoria;
- IV. O solicitante deve realizar o levantamento dos documentos necessários e entregar ao atendente no PREVCHOPIM;
- V. O atendente recebe os documentos e faz a conferência de tudo que foi apresentado, feita a análise dos documentos, caso não sejam suficientes, é solicitado que o servidor faça a juntada da documentação complementar;
- VI. Sendo feita a análise e identificada que a documentação apresentada é suficiente, será realizada a protocolização do pedido de concessão do benefício;
- VII. Após isso, o processo é encaminhado ao Diretor Presidente onde ele fará a emissão do ato de concessão do benefício;
- VIII. Feita a emissão do ato, é realizada a coleta das assinaturas do prefeito e do diretor presidente, onde após isso é realizada a publicação.
- IX. Após a publicação, o beneficiário é incluído no sistema da folha de pagamento;





# Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Chopinzinho - PR

CNPJ 27.188.003/0001-57 - Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel  
[e-mail rpps@chopinzinho.pr.gov.br](mailto:rpps@chopinzinho.pr.gov.br) - Telefone (46) 3242-8615  
CEP 85560-000 - Chopinzinho - Paraná

- X. Deve ser realizado o lançamento no sistema do TCE-PR, onde será realizado o registro e análise do processo para que assim siga para auditoria e julgamento;

## 3.2 Pensão por Morte

A presente instrução, visa esclarecer e orientar a concessão da pensão por morte.

- I. O dependente deve comparecer ao PREVCHOPIM, onde o atendente entregara o checklist de documentos necessários para a concessão do benefício;
- II. O Dependente faz o levantamento dos documentos apontados no checklist fornecido pelo instituto, faz a entrega desses documentos para o atendente, onde após o recebimento fara uma análise de todos os documentos apresentados;
- III. Feita a análise dos documentos, caso não sejam suficientes, é solicitado que o servidor faça a juntada da documentação complementar;
- IV. Sendo feita a análise e identificada que a documentação apresentada é suficiente, será realizada a protocolização do pedido de concessão do benefício;
- V. Após isso, o processo é encaminhado ao Diretor Presidente onde ele fará a emissão do ato de concessão do benefício;
- VI. Feita a emissão do ato, é realizada a coleta das assinaturas do prefeito e do diretor presidente, onde após isso é realizada a publicação.
- VII. Após a publicação, o beneficiário é incluído no sistema da folha de pagamento;
- VIII. Deve ser realizado o lançamento no sistema do TCE-PR, onde será realizado o registro e análise do processo para que assim siga para auditoria e julgamento;

## 3.3 Aposentadoria Compulsória

A presente instrução, visa esclarecer e orientar a concessão de aposentadoria compulsória.

- I. O servidor deve comparecer ao PREVCHOPIM, será realizada uma análise da vida funcional do servidor;
- II. Sendo negativo o resultado dessa primeira análise, o atendente deve informar o não cumprimento dos requisitos necessários para contemplação do benefício pelo servidor;





# Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Chopinzinho - PR

CNPJ 27.188.003/0001-57 - Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel  
[e-mail rpps@chopinzinho.pr.gov.br](mailto:rpps@chopinzinho.pr.gov.br) - Telefone (46) 3242-8615  
CEP 85560-000 - Chopinzinho - Paraná

- III. Caso positivo, o atendente deverá realizar a solicitação da documentação necessária ao servidor para que seja possível dar seguimento no processo de aposentadoria;
- IV. O solicitante deve realizar o levantamento dos documentos necessários e entregar ao atendente no PREVCHOPIM;
- V. O atendente recebe os documentos e faz a conferência de tudo que foi apresentado, feita a análise dos documentos, caso não sejam suficientes, é solicitado que o servidor faça a juntada da documentação complementar;
- VI. Sendo feita a análise e identificada que a documentação apresentada é suficiente, será realizada a protocolização do pedido de concessão do benefício;
- VII. Após isso, o processo é encaminhado ao Diretor Presidente onde ele fará a emissão do ato de concessão do benefício;
- VIII. Feita a emissão do ato, é realizada a coleta das assinaturas do prefeito e do diretor presidente, onde após isso é realizada a publicação.
- IX. Após a publicação, o beneficiário é incluído no sistema da folha de pagamento;
- X. Deve ser realizado o lançamento no sistema do TCE-PR, onde será realizado o registro e análise do processo para que assim siga para auditoria e julgamento;

## 3.4 Aposentadoria por Incapacidade Permanente

A presente instrução, visa esclarecer e orientar a concessão de aposentadoria por incapacidade permanente.

- I. O RH do Ente Federativo recebe do solicitante a informação de incapacidade, juntamente com o laudo comprobatório;
- II. Após realizar a solicitação ao Ente, o servidor deve comparecer a unidade gestora, onde será solicitado documentos complementares;
- III. Feito o levantamento dos documentos necessários, deve ser feita a entrega na unidade gestora afim de que seja realizado o protocolo para dar andamento na concessão do benefício;
- IV. Logo após a realização do protocolo, a unidade gestora faz a emissão dos documentos e segue para a coleta das assinaturas necessárias;
- V. A solicitação do benefício segue para a apreciação e deliberação do Diretor Presidente;



# Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Chopinzinho - PR

CNPJ 27.188.003/0001-57 - Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel  
[e-mail rpps@chopinzinho.pr.gov.br](mailto:rpps@chopinzinho.pr.gov.br) - Telefone (46) 3242-8615  
CEP 85560-000 - Chopinzinho - Paraná

- VI. Sendo aprovado, segue para a emissão do ato de concessão, é realizada nova coleta de assinaturas nas documentações necessárias, seguindo assim para a publicação;
- VII. Comunicação oficial do beneficiário, RH e órgão de lotação do servidor, seguindo assim para a inclusão do beneficiário no sistema de pagamentos;
- VIII. É realizado o lançamento das informações no sistema do TCE, sendo encaminhando para julgamento.

## 3.5 Revisão de Aposentadoria ou Pensão

A presente instrução, visa esclarecer e orientar a concessão de revisão de aposentadoria ou pensão.

- I. O processo de Revisão de Aposentadoria ou Pensão pode se iniciar de 4 (quatro) formas: o requerente solicita ao PREVCHOPIN revisão do processo, a junta médica identifica a necessidade de revisão e oficializa a reabertura de procedimento do requerente, o Previjan recebe intimação judicial com a determinação de reabertura o procedimento do requerente, ou através de determinação do TCE;
- II. Independentemente de seu início, é reaberto o processo de aposentadoria ou pensão do requerente através de determinação do TCE;
- III. É realizado a desarquivamento do processo de aposentadoria ou pensão do beneficiário;
- IV. Após o desarquivamento, é realizada a conferência dos documentos apresentados, essa análise é feita para comprovar a suficiência dos documentos entregues pelo solicitante;
- V. Sendo insuficientes os documentos apresentados, é solicitado ao requerente que faça a juntada de documentos complementares para que seja dado o andamento no processo de solicitação do benefício;
- VI. Caso os documentos apresentados sejam suficientes, deverá ser elaborada a documentação para a formalização da solicitação da revisão de aposentadoria;
- VII. O coordenador de benefício da publicidade com a publicação dos documentos no Diário Oficial, faz as atualizações, lançamentos cadastrais e financeiros no sistema interno e obtém resultado da análise;
- VIII. Após análise, deve ser anexado o resultado juntos aos documentos do processo de revisão da aposentadoria e pensão;
- IX. Feito isso o requerente será informado do resultado do processo, não ficando satisfeito com o laudo apresentado, deve recorrer a novo processo de revisão;





# Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Chopinzinho - PR

CNPJ 27.188.003/0001-57 - Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel  
[e-mail rpps@chopinzinho.pr.gov.br](mailto:rpps@chopinzinho.pr.gov.br) - Telefone (46) 3242-8615  
CEP 85560-000 - Chopinzinho - Paraná

- X. Caso o requerente esteja satisfeito com o laudo apresentado após análise, deverá ser providenciada a digitalização e arquivamento provisório e será protocolizado o processo no TCE;
- XI. O TCE analisa, registra e julga o processo protocolado, após o julgamento o processo pode seguir por três caminhos, caso exista alguma ilegalidade ou a necessidade de alguma diligência, será feita a revisão da aposentadoria ou pensão;
- XII. Caso siga para a homologação após o julgamento, a coordenadoria de benefício solicita a certidão de homologação do processo do TCE;
- XIII. Após isso deve ser providenciado a digitalização e arquivamento provisório e protocolização do processo no TCE, seguindo assim para o arquivamento interno.

## 3.6 Aposentadoria Especial

A presente instrução, visa esclarecer e orientar a concessão de aposentadoria especial.

- I. O servidor deve comparecer ao PREVCHOPIM, será realizada uma análise da vida funcional do servidor;
- II. Sendo negativo o resultado dessa primeira análise, o atendente deve informar o não cumprimento dos requisitos necessários para contemplação do benefício pelo servidor;
- III. Caso positivo, o atendente deverá realizar a solicitação da documentação necessária ao servidor para que seja possível dar seguimento no processo de aposentadoria;
- IV. O solicitante deve realizar o levantamento dos documentos necessários e entregar ao atendente no PREVCHOPIM;
- V. O atendente recebe os documentos e faz a conferência de tudo que foi apresentado, feita a análise dos documentos, caso não sejam suficientes, é solicitado que o servidor faça a juntada da documentação complementar;
- VI. Sendo feita a análise e identificada que a documentação apresentada é suficiente, será realizada a protocolização do pedido de concessão do benefício;
- VII. Após isso, o processo é encaminhado ao Diretor Presidente onde ele fará a emissão do ato de concessão do benefício;
- VIII. Feita a emissão do ato, é realizada a coleta das assinaturas do prefeito e do diretor presidente, onde após isso é realizada a publicação.
- IX. Após a publicação, o beneficiário é incluído no sistema da folha de pagamento;



# Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Chopinzinho - PR

CNPJ 27.188.003/0001-57 - Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel  
[e-mail rpps@chopinzinho.pr.gov.br](mailto:rpps@chopinzinho.pr.gov.br) - Telefone (46) 3242-8615  
CEP 85560-000 - Chopinzinho - Paraná

- X. Deve ser realizado o lançamento no sistema do TCE-PR, onde será realizado o registro e análise do processo para que assim siga para auditoria e julgamento;

## 4. Processo de Arrecadação

Destacamos no presente item os procedimentos a serem seguidos a rigor pelo PREVCHOPIM:

### 4.1 Arrecadação de cobrança de débitos de contribuição em atraso do ente federativo

- I. Por parte do servidor, as contribuições se dão pelo desconto diretamente feito na folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas. Após o desconto, essa arrecadação é repassada pelo ente ao PREVCHOPIM;
- II. Pela parte patronal, deve ser emitido a guia de recolhimento, pois, as contribuições dos servidores ativos são feitas através de depósitos bancários pelo Ente Federativo;
- III. É feita a verificação se houve algum atraso no pagamento, nos casos onde não constam atrasos, é verificado o pagamento e o processo é direcionado ao armazenamento interno;
- IV. Caso seja constatado atraso no pagamento, o PREVCHOPIM realizará a cobrança via ofício, este será protocolado no Ente Federativo, gerando assim um processo administrativo, onde será inserida data de pagamento e o valor originário será acrescido de multas e juros por atraso;
- V. Feito isso é realizado nova análise sobre o pagamento devido, não tendo sido realizado, será efetuada nova cobrança via Ofício pelo PREVCHOPIM, caso tenha sido efetuado o pagamento, as cobranças são cessadas e o processo é arquivado internamente chegando ao fim.

### 4.2 Arrecadação de cobrança de débitos de contribuição em atraso dos Servidores Licenciados e Cedidos

- I. O PREVCHOPIM acompanha o pagamento das guias realizando uma análise dos débitos;
- II. Em caso de não pagamento, o PREVCHOPIM envia ao órgão responsável um comunicado a respeito da situação;



# Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Chopinzinho - PR

CNPJ 27.188.003/0001-57 - Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel  
[e-mail rpps@chopinzinho.pr.gov.br](mailto:rpps@chopinzinho.pr.gov.br) - Telefone (46) 3242-8615  
CEP 85560-000 - Chopinzinho - Paraná

- III. O Órgão responsável toma ciência da pendência, devendo assim realizar o recolhimento, onde ocorre o repasse dos extratos bancários e o PREVCHOPIM deverá fazer o acompanhamento do pagamento das guias;
- IV. Já no caso de não pagamento, é realizada uma pausa do processo de cobrança pelo PREVCHOPIM, caso o pagamento continue pendente, as cobranças serão realizadas via Ofício pelo PREVCHOPIM, seguindo assim para o arquivamento interno;
- V. Já nos casos de pagamento do item “II” logo após ocorre o repasse dos extratos bancários e realizado uma análise acerca dos repasses previdenciários;
- VI. A análise sendo negativa, o RPPS deve notificar o órgão responsável a respeito dos repasses;
- VII. Caso seja positiva, é realizado o lançamento da receita no sistema, após o lançamento é realizada a distribuição de recursos recebidos e segue para o arquivamento das guias, sendo após isso arquivado internamente.

## 5. CONSIDERAÇÕES GERAIS DE PROCESSOS DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS

Todos os atos devem ser registrados no processo. Cada setor deverá fazer a remessa via sistema. O setor que receber o processo deve receber no sistema, inserir a súmula de seu despacho e remeter para o próximo setor competente.

Toda solicitação feita pelo servidor interessado deve ser feita através de requerimento anexado ao processo.

A conclusão do processo deverá ficar disponível para acesso das partes interessadas, sendo que quando o servidor buscar informações deve-se pegar a ciência do mesmo no próprio processo, quando for o caso.

Mesmo quando o requerimento acima se trate de cópia de parte ou integralidade do processo, ao retirar deve o servidor/beneficiário assinar a retirada com a respectiva data do ato.

Caso ocorra indeferimento do pedido, deve-se dar ciência ao requerente e dar prazo para que ele possa complementar os documentos ou entrar com recurso administrativo quanto à decisão.

Quando o requerimento e ciência acima se der por outra pessoa, deve-se deixar no processo a procuração/autorização devidamente assinada pelo servidor.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS





# Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Chopinzinho - PR

CNPJ 27.188.003/0001-57 - Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel  
[e-mail rpps@chopinzinho.pr.gov.br](mailto:rpps@chopinzinho.pr.gov.br) - Telefone (46) 3242-8615  
CEP 85560-000 - Chopinzinho - Paraná

Ressaltamos que os manuais acima são passíveis de alterações e adequações conforme as necessidades da administração. Deverão ser utilizados como "roteiros" de trabalho e não exclusivamente como único meio de pesquisa, devendo todos os servidores envolvidos sempre observar demais legislações e regras a serem aplicadas ao caso.

Também não podemos deixar de mencionar as normativas específicas do Tribunal de Contas de São Paulo. Observamos a importância de se considerar as jurisprudências, Portarias, Instruções, Prejulgados e demais decisões da Corte de Contas e outros órgãos.





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 2967-9D37-B5D0-21D2

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ ALECSO PIASSA (CPF 027.XXX.XXX-67) em 07/12/2022 09:15:14 (GMT-03:00)  
Papel: Assinante  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
  
- ✓ GERIS ANDREI SPADARI (CPF 847.XXX.XXX-30) em 07/12/2022 10:37:43 (GMT-03:00)  
Papel: Assinante  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
  
- ✓ LUCIANI MONTEIRO CENCI (CPF 820.XXX.XXX-04) em 16/12/2022 13:48:22 (GMT-03:00)  
Papel: Assinante  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/2967-9D37-B5D0-21D2>